ao reembolso da taxa, abatida das anuidades vencidas, em caso de transladação.

6 — (Transitória) relativamente às inumações efectuadas anteriormente à vigência da presente tabela, considerar-se-ão perpétuas quando hajam sido pagas anuidades que somem quantia igual à fixada para inumação com carácter de perpetuidade.

7 — O pagamento das taxas de depósito perpétuo de ossadas poderá efectuar-se em quatro prestações trimestrais iguais e seguidas, sem qualquer aumento. A falta de pagamento de qualquer das prestações implica a conversão do depósito em temporário, pelo período correspondente à importância já paga.

8 — A taxa do n.º 3 do artigo 36.º só é devida quando se trate de transferência de caixões e urnas e não é acumulável com as taxas de exumação ou de inumação, salvo se a inumação se efectuar em sepultura.

CAPÍTULO III

Aproveitamento de bens destinados a utilização do público

Artigo 6.º

Diversos

1 — Plastificação de cartões — cada — € 1,80.

2 — Utilização da Internet, para não naturais do concelho:

a) Durante a primeira meia hora de utilização — € 1;

b) Durante as meias horas seguintes, no máximo de duas meias horas — por cada — € 1,50.

CAPÍTULO IV

Registo e licenciamento de canídeos e gatídeos

Artigo 7.º

Taxas

SECÇÃO I

Canídeos

1 — Registo, por cada canídeo:

a) Inicial — € 1,50;

b) Base de dados — DGV (SICAFE) — € 2;

c) Transferência de proprietário ou domicílio — € 0,50.

Artigo 8.º

Licenciamento

1 — Licenciamento, por canídeo:

a) Animais de companhia — € 3;

b) Cães para fins económicos — € 4;

c) Cães de caça — € 5;

d) Cães perigosos ou potencialmente perigosos:

Cães de companhia — € 9;

Cães para fins económicos — € 12;

Cães de caça — € 15.

2 — A licença é válida pelo período nela constante.

3 — Licenciamento fora do prazo para qualquer categoria — agravamento de 30 %.

4 — Os cães pertencentes a estabelecimentos do Estado, corpos administrativos, organismos de beneficência e de utilidade pública e cães-guias estão isentos de taxas, devendo todavia ser efectuada a identificação, registo e licenciamento.

SECÇÃO II

Gatídeos

Artigo 9.º

Licenciamento

1 — Taxa de registo — € 1.

2 — Licença — € 2.

3 — A licença é válida pelo período nela constante.

4 — Licenciamento fora do prazo — agravamento de 30 %.

SECÇÃO III

Contra-ordenações

Artigo 10.º

Coimas

1 — A falta de registo e de licença de detenção, posse e circulação de cães e gatos prevista no Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos são puníveis com as coimas previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro.

2 — A falta de licença de detenção de animais perigosos ou potencialmente perigosos é punível com a coima prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 312/2003, de 17 de Dezembro.

3 — A reincidência é penalizada com um acréscimo de 50 % sobre a respectiva coima.

4 — A instrução dos processos de contra-ordenação e eventual aplicação de coima compete ao presidente da freguesia.

Os valores mencionados não incluem impostos.

Em caso de incidência deverão ser acrescidos nos termos dos respectivos códigos.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO

Aviso n.º 7071/2006 — AP

Projecto de criação de tarifa familiar da água para consumo doméstico aplicável a famílias numerosas constituídas por seis ou mais elementos

Para os devidos efeitos torna-se público que, por deliberação do conselho de administração de 6 de Setembro de 2006, devidamente ratificada por deliberação da Câmara Municipal de Montijo de 11 de Outubro de 2006, foi aprovado o projecto de criação da tarifa familiar da água para consumo doméstico aplicável a famílias numerosas, a integrar na estrutura tarifária constante no projecto do novo Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Montijo, publicitado para discussão pública através do aviso n.º 4420/2006-AP, publicado no apêndice n.º 73/2006 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 22 de Setembro de 2006, parte H.

Assim, em execução daquelas deliberações, encontra-se em fase de apreciação pública o mencionado projecto de regulamento, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

Os interessados deverão dirigir as suas sugestões e observações, por escrito, à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Montijo, Rua de Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo.

E, para constar, se lavrou o presente aviso, que vai ser publicado no 2.ª série do *Diário da República*, e outros editais de igual teor, que vão ser afixados nos locais do costume.

25 de Outubro de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *Nuno Ribeiro Canta*.

Projecto de criação de tarifa familiar da água para consumo doméstico aplicável a famílias numerosas constituídas por seis ou mais elementos

1 — Há necessidade de compatibilizar o combate ao esbanjamento e consumo excessivo de água efectuado através da tarifação crescente, segundo escalões de consumo, com a dimensão das famílias, já que este método ao não considerar o número de membros das famílias penaliza as famílias mais numerosas.

2 — Com a criação de uma tarifa familiar da água para consumo doméstico que atenda ao número de membros das famílias, pretende-se minorar a penalização que as famílias numerosas sofrem, não em função de consumos excessivos de água mas apenas pelo maior número de consumidores por habitação.

3 — A metodologia adoptada para a determinação desta nova tarifa baseou-se fundamentalmente no número de membros das famílias, bem como na consideração de uma captação de 120 l/dia por membro, que conduz a um consumo mensal de 3,6 m³, valor usualmente considerado como valor teórico admissível para um consumo racional e equilibrado de água por pessoa e por mês.

4 — Esta metodologia incide ao nível dos escalões de consumo, procedendo-se ao alargamento dos respectivos limites, sobre os quais será aplicada a tabela tarifária vigente para cada escalão, aplicável aos consumidores domésticos em geral e na qual não haverá qualquer diferenciação.

5 — Deste modo os escalões passam a ser variáveis de acordo com o número de membros de cada família, sendo os respectivos limites

superiores (e inferiores) acrescidos do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$(n-5) \times 3,6 \text{ m}^3$$

em que *n* representa o número de membros da família e o valor de 3,6 m³ corresponde ao consumo médio mensal admissível por membro, associado a uma utilização racional e equilibrada de água.

6 — Considerando-se a aplicação da tarifa familiar da água (TFA) a famílias numerosas com seis ou mais membros, e de acordo com os pressupostos atrás referidos, os novos limites para os diversos escalões de acordo com o número de membros das famílias são os constantes no quadro seguinte:

Escalões	Limites actuais dos escalões (metros cúbicos)	Novos limites dos escalões (metros cúbicos)			
		Famílias com seis membros	Famílias com sete membros	Famílias com oito membros	Famílias com nove membros ou mais
1	0 — 5	0 — 8,6	0 — 12,2	0 — 15,8	0 — 23
2	6 — 10	8,6 — 13,6	12,2 — 17,2	15,8 — 20,8	23 — 28
3	11 — 15	13,6 — 18,6	17,2 — 22,2	20,8 — 25,8	28 — 33
4	16 — 20	18,6 — 23,6	22,2 — 27,2	25,8 — 30,8	33 — 38
5	> 20	> 23,6	> 27,2	> 30,8	> 38

Nota. — Neste quadro os limites superiores e os inferiores dos diversos intervalos são fechados e abertos respectivamente.

7 — A tarifa familiar da água para consumo doméstico será aplicável em regime opcional a famílias numerosas constituídas por seis ou mais membros, residentes na mesma habitação em regime permanente, e mediante requerimento ao presidente do conselho de administração dos SMAS, conforme modelo que se anexa.

8 — Estabelecer como prova da situação e do número de membros do agregado familiar, que vivam em economia comum, a apresentação de declaração emitida pela respectiva junta de freguesia (de acordo com o modelo que se anexa), acompanhada pela última declaração devida para efeitos do IRS, ou na sua falta devidamente justificada, por declaração similar bastante para efeitos de subsídio familiar ou outro no quadro da segurança social.

9 — Que a prova da situação do agregado familiar seja feita anualmente, em qualquer altura pelos novos aderentes, e durante o mês de Maio para os clientes que renovem a sua adesão a este regime opcional, sob pena de suspensão da aplicação da tarifa familiar.

10 — Excluir do âmbito da aplicação deste regime tarifário as situações de coabitação de natureza não familiar, nomeadamente os derivados de sublocação, trabalho doméstico, partilha de habitação por agregados familiares diferentes e outros.

11 — Suspender o fornecimento de água sempre que seja detectada por acções de fiscalização ou outras, qualquer falsidade nas declarações prestadas, até à liquidação da verba apurada por refacturação dentro dos escalões normais no período de infracção, e sem prejuízo de instauração de procedimento criminal.

12 — Nas situações de anteriores infracções não serão autorizadas futuras adesões à tarifa familiar mesmo que venham a verificar-se condições para a adesão se concretizar.

13 — Suspender em qualquer altura a aplicação desta tarifa a requerimento do cliente.

Confirmação da Junta de Freguesia

A Junta de Freguesia de _____ confirma a residência e a composição do agregado familiar de :

(Nome completo) _____

Data ____/____/____ _____

(Assinatura e selo em uso na Junta)

Reservado aos Serviços

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU

Rectificação n.º 195/2006 — AP

Para os devidos e legais efeitos esclarece-se que no Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Viseu publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 184, de 22 de Setembro de 2006 (apêndice n.º 73), onde se lê:

«Fernando de Carvalho Ruas, presidente da Câmara Municipal de Viseu:

Torna público que a Assembleia Municipal de Viseu, em reunião ordinária realizada no dia 26 de Junho de 2006, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e depois de terem sido cumpridas as formalidades exigidas pelo Código do Procedimento Administrativo, designadamente no que se refere à apreciação pública, aprovou o Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Viseu, que se publica em anexo.»

deve ler-se:

«Fernando de Carvalho Ruas, presidente da Câmara Municipal de Viseu:

Torna público que a Assembleia Municipal de Viseu, em reunião ordinária realizada no dia 26 de Junho de 2006, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovou o Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Viseu, que se publica em anexo.»

3 de Novembro de 2006. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, (Assinatura ilegível.)

Requerimento para atribuição de tarifa familiar

Exmo Senhor
Presidente do Conselho de Administração dos
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
do Município de Montijo

Cliente n.º _____ Leitura: _____

- Pedido inicial
- Confirmação anual

Nome (titular do contrato) _____

Morada _____

Freguesia _____ Telefone _____ Telemóvel _____

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Nomes	Parentesco	Data Nascimento	N.º Identificação Fiscal

1) Deverá apresentar a última declaração devida de IRS, ou na sua falta justificada, declaração para efeitos de subsídio familiar, ou outro, no quadro da Segurança Social. A composição e a residência do agregado familiar deverão ser atestados pela Junta de Freguesia a indicar no verso.

DECLARAÇÃO E ASSINATURA DO REQUERENTE

Declaro sob compromisso de honra que as informações que constam deste documento são verdadeiras

Data ____/____/____ Assinatura _____